

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
Companhia Paulista de Parcerias – CPP
Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2025

1. Apresentação

A Administração da Companhia Paulista de Parcerias – CPP apresenta o Relatório da Administração relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, em atendimento aos arts. 133 e 176 da Lei nº 6.404/1976 e às disposições aplicáveis às empresas estatais previstas na Lei nº 13.303/2016.

O presente relatório acompanha as Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas, contendo a exposição dos principais fatos administrativos do exercício, o desempenho econômico-financeiro da Companhia, informações sobre governança e controles internos, bem como os aspectos relevantes relacionados à sua atuação institucional.

2. Identificação e Objeto Social

A Companhia Paulista de Parcerias – CPP é sociedade de economia mista, controlada pelo Estado de São Paulo, instituída pela Lei Estadual nº 11.688/2004, regida pela Lei nº 6.404/1976 e pela Lei nº 13.303/2016.

A CPP atua desde 2004 como importante instrumento de viabilização de projetos de interesse do Estado de São Paulo, especialmente no âmbito do Programa de Parcerias Público-Privadas – PPP, tendo como missão apoiar o Governo do Estado na prospecção, concepção, estruturação, modelagem, implementação e monitoramento de arranjos negociais, com ênfase na gestão de ativos e nas parcerias com o setor privado.

No exercício de 2025, suas ações concentraram-se no apoio ao Programa de Parcerias de Investimentos do Estado de São Paulo – PPI-SP, instituído pelo

Decreto nº 67.443, de 11 de janeiro de 2023, por meio da prestação de serviços de gestão de projetos e apoio técnico à Secretaria de Parcerias em Investimentos – SPI, sua atual pasta tutelar, voltados à avaliação e estruturação de projetos de infraestrutura, às modelagens econômico-financeiras de processos de concessão, bem como à prestação de garantias a determinadas obrigações assumidas pelo Estado.

3. Detalhamento das atividades operacionais:

(i) Estruturação de projetos

No exercício de 2025, a CPP atuou na estruturação técnica e no apoio à implementação de projetos de concessões e parcerias público-privadas integrantes da política estadual de parcerias, desempenhando atribuições voltadas à organização, coordenação e acompanhamento das iniciativas destinadas à ampliação da infraestrutura e à melhoria da prestação de serviços públicos. A atuação técnica desenvolvida compreendeu todas as etapas inerentes ao ciclo de estruturação — desde os estudos iniciais de viabilidade técnica, econômica e jurídica, passando pela modelagem e pelas fases de consulta e audiência pública, até o encaminhamento dos projetos para o procedimento licitatório.

No período, foram realizadas 11 consultas públicas, 43 audiências públicas distribuídas em 23 municípios, 5 publicações de editais, 4 leilões e 5 celebrações contratuais. Os projetos estruturados resultaram em investimentos contratados estimados em aproximadamente R\$ 29,4 bilhões em investimentos (Capex), evidenciando o relevante impacto econômico e social das iniciativas conduzidas no âmbito da política estadual de parcerias.

O portfólio de projetos em estruturação abrange iniciativas em distintos setores estratégicos. No segmento de infraestrutura de transportes, destacam-se projetos nas áreas rodoviária (Túnel Santos–Guarujá, Lote Nova Raposo, Rota Sorocabana, Lote Paranapanema, Rota Mogiana e Circuito das Águas), ferroviária metropolitana (Lote Alto Tietê e Lote ABC–Guarulhos), de mobilidade urbana sobre trilhos (VLT Campinas, VLT Sorocaba e Linha 16–Violeta) e de travessias aquaviárias. Nos setores de recursos hídricos e meio ambiente, encontram-se em desenvolvimento projetos de drenagem e segurança hídrica, saneamento, gestão de resíduos sólidos e gestão de parques naturais. Na área social e urbana, prosseguem projetos de manutenção escolar, Centro Administrativo Campos Elíseos, Estrada de Ferro Campos do Jordão, gestão de parques urbanos, habitação, pátios veiculares, entre outros.

Quanto aos leilões realizados no exercício, a CPP atuou em conjunto com a Secretaria de Parcerias em Investimentos e o Governo do Estado de São Paulo na realização e conclusão de quatro certames. Em março, foi leiloado o Lote Alto Tietê - Linhas 11, 12 e 13 -, concessão de 25 anos e investimentos previstos de aproximadamente R\$ 14,3 bilhões. Em setembro, foram realizados os leilões do Túnel Santos–Guarujá, PPP com investimentos estimados em R\$ 6,8 bilhões em 30 anos, e do Lote Paranapanema, PPP com investimentos estimados de R\$ 5.8 bilhões em 30 anos. Por fim, em novembro, realizou-se o leilão das Travessias Hídricas, PPP com investimentos estimados em R\$ 2,5 bilhões em 20 anos.

(ii) Gestão de Garantias

A CPP exerce função relevante na prestação de garantias vinculadas a contratos de concessão e parcerias público-privadas. Ao final do exercício de 2025, o montante total de garantias prestadas alcançou aproximadamente R\$ 1.938

milhões, distribuídos entre garantias constituídas por penhor de cotas de fundos de investimento (R\$ 1.614) e garantias prestadas sob a forma de fiança (R\$ 324), todas vinculadas a contratos específicos, formalmente registrados, observadas as deliberações societárias e os limites legais aplicáveis.

Nesse contexto, registra-se que os ativos de titularidade da Companhia, em 31 de dezembro de 2025, atingiram o montante de R\$ 2.192 milhões, valor considerado suficiente para fazer frente aos compromissos assumidos nas garantias prestadas, bem como para suportar os custos e despesas de natureza operacional e tributária.

5. Desempenho Econômico-Financeiro

As Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025 foram elaboradas em conformidade com as normas contábeis aplicáveis às sociedades por ações.

No exercício foram apurados:

- Receita Operacional Líquida: R\$ 83,42 milhões;
- Custos dos serviços prestados: R\$ 81,63 milhões;
- Resultado Financeiro Líquido: R\$ 263,3 milhões;
- Lucro Líquido: R\$ 220,71 milhões.

O lucro líquido contábil apurado em 2025 foi 23,4% maior quando comparado com o lucro líquido contábil apurado em 2024. A elevação da taxa Selic, conjugada ao crescimento da Receita Operacional decorrente da maior participação da Companhia na estruturação de projetos de concessão e PPP, propiciou tal crescimento de resultados.

As variações patrimoniais e o resultado do exercício encontram-se detalhados nas Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas.

6. Governança Corporativa e Controles Internos

A estrutura de governança da Companhia em 2025 é composta por: Assembleia Geral; Conselho de Administração; Diretoria Executiva; Conselho Fiscal.

No exercício de 2025 foram mantidos os mecanismos de controles internos e de gestão de riscos compatíveis com a natureza das atividades desenvolvidas.

Foram adotadas medidas de aprimoramento normativo interno, incluindo atualização de políticas administrativas e fortalecimento do sistema de gestão de riscos.

A Companhia manteve canal formal de ouvidoria e realizou ações de orientação relacionadas ao Código de Conduta e Integridade.

Em 23 de julho de 2025 foi publicada a Lei nº 15.177/2025, que alterou a Lei 13.303/2016, a qual estabeleceu reserva mínima de participação feminina nos Conselhos de Administração de empresas públicas e sociedades de economia mista, e introduziu obrigações de divulgação sobre equidade de gênero. A Companhia observará os percentuais progressivos previstos na referida Lei nas eleições subsequentes à sua vigência e encontra-se em fase de elaboração da política interna correspondente.

7. Conclusão

O exercício de 2025 foi marcado por intensa atividade institucional da Companhia. No apoio ao Programa de Parcerias, destacou-se o expressivo incremento de projetos estruturados em relação ao exercício anterior, evidenciando a relevância

crecente da CPP como instrumento de viabilização das políticas públicas de infraestrutura do Estado de São Paulo.

A Companhia manteve, ao longo do exercício, estrutura patrimonial equilibrada e desempenho operacional compatível com seu objeto social.

A Administração declara que as informações constantes neste Relatório refletem, de forma fidedigna, os principais fatos administrativos do exercício, observadas as disposições legais aplicáveis.

São Paulo, 13 de março de 2026.

Documento assinado digitalmente
gov.br EDGARD BENOZATTI NETO
Data: 13/03/2026 13:29:41-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

EDGARD BENOZATTI NETO

Diretor-presidente

AUGUSTO
ALMUDIN:43139
993889

Assinado de forma digital
por AUGUSTO
ALMUDIN:43139993889
Dados: 2026.03.13 14:27:57
-03'00'

AUGUSTO ALMUDIN

Diretor de Assuntos Corporativos

DAVID POLESSI DE
MORAES:26232593804

Assinado de forma digital por
DAVID POLESSI DE
MORAES:26232593804
Dados: 2026.03.13 08:20:36 -03'00'

DAVID POLESSI DE MORAES

Diretor Econômico-financeiro

ANEXO - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS




companhia paulista

DE PARCERIAS

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Valores expressos em unidades de reais R\$)

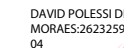
ATIVO	N. Expl.	31/12/2025	31/12/2024	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	N. Expl.	31/12/2025	31/12/2024
CIRCULANTE		917.207.376	865.254.515	CIRCULANTE		501.985.129	145.271.361
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	492.534.116	749.683.908	Fornecedores	15	4.948.408	3.606.399
Bancos		357.200	344	Obrigações Tributárias	16	4.276.052	3.727.349
Aplicações Financeiras		492.176.916	749.683.564	Obrigações Sociais e Trabalhistas		2.136.580	1.790.962
Direitos Realizáveis		81.136.587	115.570.607	Juros sobre o Capital Próprio a Pagar	17	146.139.453	135.692.620
Cientes	6	18.181.498	19.370.743	Provisões para Contingências Fiscais	11	947.963	454.031
Cessão Recebíveis - Desenvolve SP	7	414.900	3.698.766	Gestão de Contas sob Administração CPP	10	343.536.673	-
Adiantamento a Funcionários		23.638	5.295	NÃO CIRCULANTE		2.033.489.566	1.993.027.973
Impostos e Contribuições a Recuperar	8	25.290.758	49.162.308	Realizável a Longo Prazo		1.618.097.273	1.273.024.530
Gastos com Contratos - Serviços em Andamento	9	37.169.371	43.175.707	Cessão Recebíveis - Desenvolve SP	7	-	394.572
Outros Créditos		32	32	Depósitos Judiciais	11	3.799.371	3.463.977
Despesas Antecipadas		56.390	157.756	Investimentos	12	1.614.297.902	1.269.165.981
Gestão de Contas sob Administração CPP	10	343.536.673	-	Imobilizado	13	126.600	20.289
NÃO CIRCULANTE		1.618.267.319	1.273.044.819	Intangível	14	43.446	-
Realizável a Longo Prazo		1.618.097.273	1.273.024.530	TOTAL DO ATIVO		2.535.474.695	2.138.299.334
Cessão Recebíveis - Desenvolve SP	7	-	394.572	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18	2.033.489.566	1.993.027.973
Depósitos Judiciais	11	3.799.371	3.463.977	Capital Social	18.1	1.539.619.815	1.539.619.815
Investimentos	12	1.614.297.902	1.269.165.981	Reserva Legal	18.2	129.115.473	118.079.803
Imobilizado	13	126.600	20.289	Reserva de Lucro a Realizar	18.3	301.216.009	301.216.009
Intangível	14	43.446	-	Lucros ou Prejuízos Acumulados	18.4	63.538.269	34.112.346
TOTAL DO ATIVO		2.535.474.695	2.138.299.334	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LIQUIDO		2.535.474.695	2.138.299.334

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



Assinado de forma digital por RENATO VIEIRA PITA, 26030154615
 DN: cn=BIL, ou=CP, ou=aud, ou=Secretaria de Receita Federal do Brasil - SRE, ou=RF, ou=CP, AL, ou=EMBRANCO, ou=C17026000074, ou=empresarial, ou=RENATO VIEIRA PITA,26030154615
 Serial: 202501111924513-0107
 Versão do Adobe Acrobat Reader: 2025.001.21.088

RENATO VIEIRA PITA
CONTADOR
CRC 1SP215876/O-8/SP



Assinado de forma digital por DAVID POLESSI DE MORAES,262325938
 DN: cn=DAVID POLESSI DE MORAES,26232593804
 04
 Serial: 2025010313114220
 0107


DAVID POLESSI DE MORAES
DIRETOR ECONÔMICO-FINANCEIRO
CPF: 262.325.938-04



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Valores expressos em unidades de reais R\$)

	2025	<u>2024</u>
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	<u>220.713.392</u>	<u>178.742.070</u>
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	<u>220.713.392</u>	<u>178.742.070</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis


Assinado de forma digital por
RENATO VIEIRA PITA;20060314835
DN: c=BR, ou=ICP-Brasil,
ou=Secretaria da Receita Federal
do Brasil - RFB, ou=RFID e-CPF A1,
ou=(SEM DISANC),
ou=01.1.F206000174,
ou=provençal, cn=RENATO VIEIRA
PITA;20060314835
Dados: 2026.03.13 09:16:37 -03'00'
Versão do Adobe Acrobat Reader:
2025.001.21286

RENATO VIEIRA PITA
CONTADOR
CRC 1SP215876/O-8/SP


Assinado de forma digital por DAVID
POLESSI DE MORAES;26232593804
Dados: 2026.03.13 11:44:56 -03'00'

DAVID POLESSI DE MORAES
DIRETOR ECONÔMICO-FINANCEIRO
CPF: 262.325.938-04



companhia paulista
DE PARCERIAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Valores expressos em unidades de reais R\$)

	N. Expl.	Capital Integralizado	Reservas de Lucros		Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
			Reserva Legal	Reserva de Lucros		
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2024		1.539.619.815	109.142.700	354.260.171	-	2.003.022.686
Lucro líquido do período					178.742.070	178.742.070
Constituição de Reserva Legal			8.937.103		(8.937.103)	-
Distribuição de lucros de 2023				(53.044.162)		(53.044.162)
Destinações na Forma de Juros s/ Capital Próprio: Juros Sobre o Capital Próprio do Exercício	17				(135.692.621)	(135.692.621)
Transferência para Reserva de Lucros						
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		1.539.619.815	118.079.803	301.216.009	34.112.346	1.993.027.973
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2025		1.539.619.815	118.079.803	301.216.009	34.112.346	1.993.027.973
Lucro líquido do período					220.713.392	220.713.392
Constituição de Reserva Legal			11.035.670		(11.035.670)	-
Distribuição de lucros de 2024	17				(34.112.346)	(34.112.346)
Destinações na Forma de Juros s/ Capital Próprio: Juros Sobre o Capital Próprio do Exercício	17				(146.139.453)	(146.139.453)
Transferência para Reserva de Lucros						
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		1.539.619.815	129.115.473	301.216.009	63.538.269	2.033.489.566

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



Assinado de forma digital por
RENATO VIEIRA PITA:20060304835
CNPJ=08.94370846,
ou-Secretaria da Receita Federal
do Brasil - RFB, ou=RECEITA
FEDERAL DO BRASIL,
ou=BRASIL
Assinado de forma digital por
RENATO VIEIRA
PITA:20060304835
Dados: 2026.03.13 09:43:37 -03'00'
Versão do Adobe Acrobat Reader:
2025.001.31286

RENATO VIEIRA PITA
CONTADOR
CRC 1SP215876/O-8/SP




Assinado de forma digital por DAVID
POLESSI DE MORAES:26232593804
Dados: 2026.03.13 11:44:56 -03'00'

DAVID POLESSI DE MORAES
DIRETOR ECONÔMICO-FINANCEIRO
CPF: 262.325.938-04

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024
(Valores expressos em unidades de reais R\$)


	N. Expl.	31/12/2025	31/12/2024
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do período		220.713.392	178.742.070
Ajustes por :			
(Receitas)/Despesas financeiras de longo prazo (ref. Investimentos em garantia)	12.2	(199.468.399)	(125.062.256)
(Receitas) financeiras de longo prazo (Receíveis)	7	394.572	(26.171)
Variação monetária ativa de depósitos judiciais	11	(335.394)	(259.773)
Variação monetária passiva de contingências judiciais		493.931	34.048
Depreciação	13	9.109	2.406
Amortização	14	4.754	-
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO AJUSTADO		21.811.965	53.430.324
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
(Aumento) Redução em Serviços Prestados a Receber	6	1.189.245	(19.370.743)
(Aumento) Redução em Recebíveis	7	3.283.867	16.693.361
(Aumento) Redução em Adiantamento a Funcionários		(18.343)	1.113
(Aumento) Redução em Adiantamento a Terceiros		-	-
(Aumento) Redução em Impostos e Contribuições a Recuperar/Diferidos	8	23.871.550	3.381.809
(Aumento) Redução em Despesas Antecipadas		101.366	(47.756)
(Aumento) Redução em Gastos com Contratos - Serviços em Andamento	9	6.006.336	(34.544.779)
(Aumento) Redução em Investimento em Garantia	12	47.965.111	18.587.112
Aumento (Redução) em Fornecedores	15	1.342.010	3.470.373
Aumento (Redução) em Contas a Pagar		-	(14.801)
Aumento (Redução) em Obrigações Tributárias	16	548.703	2.942.066
Aumento (Redução) em Obrigações Trabalhistas		345.618	477.462
		84.635.463	(8.424.783)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		106.447.428	45.005.541
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aquisição de Imobilizado	13	(115.420)	(349)
Aquisição de Intangível	14	(48.200)	-
Baixa de Investimentos		-	24.500
Constituição de Novas Garantias - Contrato Litoral Paulista	12.2.8	(193.628.634)	-
		(193.792.254)	24.151
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Integralização de Capital		-	-
Pagamento de Dividendos c/Lucro Exercício Anterior	17	(34.112.346)	
Pagamento de Juros sobre Capital Próprio/Dividendos		(135.692.620)	(188.967.896)
		(169.804.966)	(188.967.896)
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO(A) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(257.149.792)	(143.938.204)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5	749.683.908	893.622.112
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		492.534.116	749.683.908

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



Assinado de forma digital por RENATO VIEIRA PITA-28083034835
DN: cn=RE, o=CP-Brasil, ou=Secretaria de Receita Federal do Brasil, ou=RSF e CPF A3, ou=EM BRANCO, ou=157836960175, ou=presencial, ou=RENATO VIEIRA PITA-28083034835, ou=2025.03.13.09:37:34.421007
Versão do Adobe Acrobat Reader: 2025.001.21288

RENATO VIEIRA PITA
CONTADOR
CRC 1SP215876/O-8/SP



Assinado de forma digital por DAVID MORAES:2623259380
POLESSI DE MORAES:26232593804
Dados: 2025.03.13 11:47:25 -03'00'

DAVID POLESSI DE MORAES
DIRETOR ECONÔMICO-FINANCEIRO
CPF: 262.325.938-04

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma.)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Paulista de Parcerias – CPP, constituída em 04 de agosto de 2004, é uma sociedade por ações, de capital fechado, regida pela Lei Federal nº 6.404/76 (alterada pela Lei nº 11.638/07), pela Lei Federal nº 13.303/16 e pela Lei Estadual nº 11.688/04.

A CPP atua desde 2004 como importante instrumento de viabilização de projetos de interesse do Estado de São Paulo, especialmente no âmbito do Programa de Parcerias Público-Privadas – PPP, tendo como missão apoiar o Governo do Estado na prospecção, concepção, estruturação, modelagem, implementação e monitoramento de arranjos negociais, com ênfase na gestão de ativos e nas parcerias com o setor privado.

1.1. Aprovação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram elaboradas pela Administração e tiveram sua divulgação autorizada pela Diretoria Colegiada da Companhia Paulista de Parcerias – CPP.

2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), alterada pelas Leis nº 11.638/07, nº 11.941/09 e pela Lei nº 13.303/16 (Lei das Estatais).

Adicionalmente, foram observadas as normas e orientações emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial os Pronunciamentos Técnicos elaborados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo CFC. Esses pronunciamentos foram desenvolvidos a partir das normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assegurando a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil às normas internacionais.

2.1. Base de preparação:

2.1.1. Moeda funcional e de apresentação:

A moeda funcional e de apresentação utilizada nas demonstrações financeiras da Companhia é o Real (R\$) e estão expressas em unidades de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.1.2. Fluxo de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) foi preparada pelo método indireto e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma.)

aprovado pela Resolução CFC nº 1.055/2005 e alterações posteriores. Os termos utilizados na Demonstração dos Fluxos de Caixa são definidos da seguinte forma:

- Atividades operacionais: referem-se às principais transações da Companhia, bem como a outras atividades que não se enquadram como de investimento ou de financiamento.
- Atividades de investimento: correspondem às adições e baixas de ativos não circulantes, além de outros investimentos não incluídos em caixa e equivalentes de caixa.
- Atividades de financiamento: englobam as transações que resultam em mudanças na composição do patrimônio, empréstimos e financiamentos.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Esta nota apresenta as principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis da Companhia, com o propósito de assegurar transparência, uniformidade e comparabilidade das informações financeiras divulgadas, em conformidade com os princípios e normas contábeis vigentes.

As demonstrações contábeis foram preparadas com base na legislação societária brasileira, nas normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e nos Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), conforme aplicáveis às empresas estatais não dependentes.

3.1. Apuração do Resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, contemplando todas as receitas, custos e despesas incorridos no período, independentemente do seu pagamento ou recebimento.

3.2. Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou exigibilidade ocorrer em até 12 meses após a data das demonstrações contábeis. Aqueles cuja realização ou exigibilidade ocorrer em prazo superior a 12 meses são classificados como não circulantes.

3.3. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão, quando aplicável. Após o reconhecimento inicial, os ativos e passivos financeiros são mensurados conforme sua classificação: ao valor justo por meio do resultado, ao custo amortizado ou ao valor justo por outros resultados abrangentes.

3.4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma.)

Incluem o caixa, saldos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em montantes conhecidos de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

3.5. Gastos com Contratos e Investimentos

Os gastos diretamente relacionados à estruturação, elaboração ou acompanhamento de contratos vinculados a projetos são capitalizados quando atendem aos critérios de ativo, especialmente quando associados à geração de benefícios econômicos futuros. Demais gastos de natureza operacional ou administrativa são reconhecidos diretamente no resultado do exercício em que forem incorridos.

3.6. Créditos Tributários

Compreendem valores a recuperar de tributos retidos ou pagos a maior, tais como IRRF, CSLL, PIS e COFINS. Os créditos são registrados quando há expectativa de sua realização mediante compensação ou restituição.

3.7. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens, conforme especificado por tipo de ativo.

3.8. Intangível

Registrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e, quando aplicável, de perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*). A amortização é calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada ou no período de vigência dos direitos contratuais, conforme especificado por tipo de ativo.

3.9. Provisões, Ativos e Passivos Contingentes

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, cuja liquidação seja considerada provável e possa resultar em saída de recursos, desde que o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são, portanto, passivos de prazo ou de valor incertos.

Ativos e passivos contingentes não são registrados nas demonstrações contábeis. Os passivos contingentes devem ser divulgados em notas explicativas sempre que houver possibilidade de perda. Já os ativos contingentes são divulgados apenas quando a realização de benefícios econômicos futuros se tornar provável.

3.10. Receita de Serviços

As receitas de prestação de serviços são reconhecidas conforme o estágio de execução dos contratos, com base em medições físicas ou financeiras realizadas, de acordo com o regime de competência.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma.)

3.11. Custos de Serviços Prestados

Compreendem os custos diretamente atribuíveis à prestação de serviços, incluindo gastos com pessoal alocado por projeto, encargos e despesas operacionais vinculadas à execução contratual.

3.12. Gestão de Contas sob Administração CPP

A CPP foi contratada, em 13/08/2025, para operacionalizar a movimentação de recursos decorrentes de multas (Art. 209-A do CTB) no âmbito do Sistema Free Flow. Os valores correspondentes a esse projeto são mantidos em contas bancárias vinculadas com movimentação restrita, conforme disposições contratuais. Por se tratar de recursos exclusivos de terceiros, nos quais a CPP não detém direitos contratuais aos fluxos de caixa nem assume riscos ou benefícios econômicos, são reconhecidos de forma segregada no Balanço Patrimonial, com registro simultâneo no ativo (disponibilidades vinculadas) e no passivo (obrigações por contas sob administração).

Essa sistemática evidencia a neutralidade patrimonial da Companhia, não havendo impacto no resultado do exercício.

3.13. Redução ao Valor Recuperável de Ativos (*Impairment*)

A Companhia revisa periodicamente o valor contábil dos seus ativos para verificar a existência de perdas não recuperáveis. Quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por desvalorização.

3.14. Benefícios a Empregados

Os benefícios concedidos aos empregados, tais como assistência médica, vales e auxílios, são reconhecidos como despesas quando incorridos. A Companhia não possui planos de benefícios pós-emprego.

3.15. Eventos Subsequentes

Eventos ocorridos após a data das demonstrações contábeis que fornecem evidências adicionais sobre condições existentes à data do balanço são refletidos nas demonstrações. Eventos que indicam condições surgidas após essa data são divulgados em nota explicativa, quando relevantes.

4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados, para fins de mensuração e divulgação, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros, em:

- Valor Justo por Resultado (VJR)
- Custo Amortizado

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma.)

- Valor Justo por Outros Resultados Abrangentes (VJORA)

A mensuração ocorre com base no objetivo de negócio da Companhia em relação à gestão dos ativos financeiros e nas características dos fluxos de caixa contratuais. Os passivos financeiros são, em sua totalidade, mensurados ao custo amortizado.

Os valores registrados aproximam-se de seus respectivos valores de mercado, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Tabela 1 - Instrumentos Financeiros

Descrição	Classificação CPC 48	31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros:			
Caixa e Equivalentes de Caixa	VJR	492.534.116	749.683.908
Clientes	VJ, Custo Amortizado	18.181.498	19.370.743
Cessão Recebíveis - Desenvolve SP	Custo Amortizado	414.900	4.093.339
Gastos com Contratos - Serviços em Andamento	Custo Amortizado	37.169.371	43.175.707
Investimentos - Participação Societária	Custo Amortizado, VJORA	80.537	80.538
Investimentos - Garantias Constituídas	VJR	1.614.217.365	1.269.085.443
		2.162.597.787	2.085.489.678
Passivos financeiros:			
Fornecedores	Custo Amortizado	4.948.408	3.606.399
Juros sobre Capital Próprio	Custo Amortizado	146.139.453	135.692.620
		151.087.861	139.299.018

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As aplicações financeiras da Companhia estão alocadas em fundos com liquidez imediata e depósitos a prazo, com rentabilidade próxima ao CDI (Certificado de Depósito Interbancário). Essas aplicações são registradas ao valor justo, com base no valor da cota divulgado pelo administrador do fundo na data de encerramento do período.

A composição das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é apresentada a seguir:

Tabela 2 - Caixa e Equivalência de Caixa

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Bancos	357.200	344
Aplicações Financeiras	492.176.916	749.683.564
CPP Projetos	449.024.438	710.636.903
BB CDB/RDB (Depósitos a Prazo)	43.152.478	39.046.661
Total	492.534.116	749.683.908

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma.)

6. CLIENTES

Os créditos registrados como contas a receber referem-se às operações de prestação de serviços realizadas pela Companhia, decorrentes de contratos firmados com a Secretaria de Parcerias em Investimentos, no âmbito de projetos de estruturação, bem como dos serviços de garantia contratados.

Os valores são reconhecidos pelo regime de competência, registrados pelo valor nominal das contraprestações pactuadas.

Tabela 3 – Créditos a Receber

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Cientes	18.181.498	19.370.743

7. CESSÃO DE RECEBÍVEIS – DESENVOLVE SP

A Companhia mantém saldo a receber decorrente de contrato de cessão onerosa firmado em 25 de junho de 2021 com a Desenvolve SP – Agência de Fomento do Estado de São Paulo, parte relacionada. O contrato envolveu a transferência irrevogável e irretroatável de créditos originados de financiamentos celebrados com municípios paulistas, sem coobrigação da Companhia.

Os contratos cedidos são garantidos por repasses do ICMS pertencentes aos municípios, transferidos regularmente pelo Governo do Estado de São Paulo.

A liquidação financeira da cessão ocorreu em 12 de julho de 2021, no valor de R\$ 78.824.614. A movimentação dos recebíveis entre 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2025 está apresentada a seguir:

Tabela 4 - Cessão de Recebíveis – Desenvolve SP

Carteira de Recebíveis	Saldo 31/12/2024	Recebimentos	Receitas Financeiras	Transferências Curto/Longo Prazo	Saldo 31/12/2025
Curto Prazo	3.698.766	(3.740.882)	62.443	394.572	414.900
Longo Prazo	394.572	-		(394.572)	-
Total da Carteira	4.093.338	(3.740.882)	62.443	-	414.900

8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

Os créditos tributários da Companhia referem-se a valores de IRPJ, CSLL e outros tributos passíveis de compensação ou restituição junto à Receita Federal. Esses créditos incluem estimativas não compensadas de exercícios anteriores e do exercício corrente, bem como valores a restituir devidamente reconhecidos.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma.)

A composição dos saldos em 31 de dezembro de 2025, comparativamente à data-base de 31 de dezembro de 2024, é apresentada a seguir:

Tabela 5 - Impostos e Contribuições a Recuperar

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ e CSLL a restituir	17.757.136	-
Estimativas de CSLL não compensadas de exercícios anteriores	-	919.672
Estimativas de IRPJ não compensadas de exercícios anteriores	7.531.917	47.284.298
Estimativas de IRPJ não compensadas do exercício corrente	-	-
Estimativas de CSLL não compensadas do exercício corrente	-	-
Outros Valores a Recuperar	1.705	958.338
Total	25.290.758	49.162.308

9. GASTOS COM CONTRATOS – SERVIÇOS EM ANDAMENTO

A Companhia atua na estruturação de projetos de concessões e parcerias público-privadas, atividade que demanda a contratação de serviços especializados e a utilização de equipe própria, com rateio de custos com base nas horas dedicadas a cada projeto. Os valores incorridos diretamente relacionados à execução dos contratos permanecem registrados no ativo "Gastos com Contratos - Serviços em Andamento", sendo reconhecidos no resultado do exercício quando da correspondente receita, em conformidade com as práticas contábeis vigentes.

A seguir, apresenta-se a posição contábil dos serviços em andamento:

Tabela 6 - Gastos com Contratos – Serviços em Andamento

Custos com Contratações Externas e Contrapartida Financeira para a Execução dos Projetos de Estruturação PPP's	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Ressarcimento dos Produtos Executados	31.402.276	37.935.391
Custo Contrapartida financeira dos serviços técnicos prestados pela CPP	5.767.095	5.240.316
Total Geral - Custos de Contratos em Andamento	37.169.371	43.175.707

10. GESTÃO DE CONTAS SOB ADMINISTRAÇÃO CPP

10.1. Natureza da Operação

A Companhia foi contratada, em 13 de agosto de 2025, para operacionalizar a movimentação de recursos decorrentes de multas de trânsito (Art. 209-A do CTB) no âmbito do Sistema Free Flow, atuando como coordenadora operacional dos fluxos vinculados a essa operação, nos estritos limites contratuais. **Segregação Patrimonial e Disponibilidade:**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma.)

A CPP não detém disponibilidade econômica nem jurídica sobre os recursos movimentados no âmbito da operação, atuando exclusivamente como coordenadora operacional dos fluxos financeiros, nos estritos limites contratuais.

Os instrumentos jurídicos celebrados preservam integralmente a propriedade dos recursos por parte do DER-SP, sendo ele o titular das obrigações e dos direitos decorrentes dos recursos. Fora estabelecido mecanismos de segregação financeira estruturado em cadeia, as movimentações são realizadas de forma exclusiva e autônoma pelo Banco Depositário, por meio de contas específicas vinculadas à operação ("Conta Free Flow" e "Conta Reserva"), sem que haja ingerência ou apropriação de recursos por parte da CPP.

A seguir, apresenta-se a posição contábil da conta Gestão de Contas sob Administração CPP:

Tabela 7 - Gestão de Contas sob Administração CPP

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Gestão de Contas sob Administração CPP - Free Flow	343.536.673	-

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS FISCAIS

A Companhia opôs Embargos à Execução Fiscal nº 5007551-67.2021.4.03.6182, movida pela União Federal, referente à cobrança dos tributos PIS, COFINS, CSLL e IRPJ.

A exigência tem origem em compensações não homologadas de créditos tributários relativas ao saldo negativo de IRPJ do ano-calendário de 2009. Para defesa de seus direitos, a Companhia ingressou com ação anulatória de crédito tributário, alegando que os valores exigidos foram devidamente quitados.

Como garantia da execução fiscal, foram realizados depósitos judiciais em 31 de maio de 2021, no valor total de R\$ 2.512.313, acrescidos de encargos legais, conforme detalhamento a seguir:

Tabela 8 - Depósitos Judiciais

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Conta Judicial 00031861.4 - PIS	89.475	89.475
Conta Judicial 00031860.6 - COFINS	239.805	239.805
Conta Judicial 00031863.0 - CSLL	579.191	579.191
Conta Judicial 00031859.2 - IRPJ	1.603.842	1.603.842
Total constituído de Depósitos judiciais	2.512.313	2.512.313
Atualização monetária	1.287.058	951.664
Saldo Atualizado	3.799.371	3.463.977

Conforme avaliação da assessoria jurídica externa responsável pelo acompanhamento do processo:

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma.)

- **A perda é considerada possível** em relação aos tributos IRPJ e CSLL, no valor aproximado de R\$ 3.768.709, razão pela qual não foi constituída provisão contábil;
- **A perda é considerada provável** em relação aos tributos PIS e COFINS, razão pela qual, desde 2021, foi constituída provisão para contingências fiscais.
- O valor atualizado da provisão para contingências em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 947.963, referente à provisão originalmente constituída em 2021, mantida e atualizada para fazer face ao risco classificado como provável de perda, relacionado aos tributos PIS e COFINS, no âmbito do processo judicial movido contra a União (Execução Fiscal nº 5007551-67.2021.4.03.6182).
- O montante encontra-se atualizado com base nas estimativas apresentadas pela assessoria jurídica externa responsável pelo acompanhamento do processo, o qual se encontra em fase de recurso de apelação, após sentença proferida em 28/11/2025, que julgou o pedido parcialmente procedente para:
 - I. declarar extintos os créditos tributários já compensados e homologados, determinando o cancelamento parcial das Certidões de Dívida Ativa (CDAs) na parte correspondente a esses valores;
 - II. determinar que a União providencie, junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), o referido cancelamento parcial; e
 - III. reconhecer a inexigibilidade dos débitos de PIS e COFINS referentes a outubro de 2010 incluídos no PERT, cuja exigibilidade já se encontrava suspensa, determinando o cancelamento da cobrança em duplicidade.
- A provisão permanece registrada enquanto perdurar a disputa judicial e enquanto mantida a avaliação de risco provável de perda.

12. INVESTIMENTOS

12.1. INVESTIMENTOS – PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia detinha participações societárias minoritárias em empresas controladas ou coligadas do setor público estadual, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Tabela 9- Investimentos Participação Societária

Descrição	Quant. de ações	31/12/2025
Desenvolve SP (ações ordinárias)	20.000	21.538
CPSEC (ações ordinárias)	590	59.000
Total de Investimentos	20.590	80.538

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma.)

As participações detidas representam percentuais inferiores a 2% do capital social das respectivas investidas. Dado o caráter não relevante dessas participações e a ausência de influência significativa, não há exigência de aplicação do método da equivalência patrimonial, conforme previsto nas normas contábeis aplicáveis.

Tais investimentos são classificados como **ativos não circulantes – investimentos**, e estão avaliados ao custo de aquisição, deduzido de perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

12.2. FUNDOS DE INVESTIMENTO EM GARANTIA – GARANTIAS CONSTITUÍDAS

Em conformidade com as disposições estatutárias, que autorizam a Companhia a prestar garantias reais e fidejussórias, apresenta-se a seguir o demonstrativo das garantias constituídas até 31 de dezembro de 2025:

Tabela 10- Garantias Constituídas

Recursos vinculados a garantias de contratos de PPP e outras operações	Ref.	Saldo inicial em 31/12/2024	Novas garantias empenhadas/ (liberadas)	Rendimento	IR fonte	Saldo final em 31/12/2025
Fundo CPP Projetos:						
PPP Linha 6	12.2.1	504.788.433	-	71.453.625	(10.351.398)	565.890.660
PPP Habitação Lote 1	12.2.2	77.281.376	-	10.425.082	(5.636.409)	82.070.049
Contrato Hospital São José dos Campos	12.2.3	46.077.615	-	6.065.221	(4.643.990)	47.498.846
Contrato Hospital Sorocaba	12.2.4	56.313.431	-	7.412.566	(5.675.621)	58.050.376
Contrato Hospital Pérola Byington	12.2.5	65.688.686	-	8.582.690	(7.137.951)	67.133.425
PPP da RMBS - ônibus + VLT	12.2.6	26.850.984	-	3.800.801	(550.617)	30.101.168
Contrato Rodoanel (Norte)	12.2.7	412.124.967	-	58.336.961	(8.451.203)	462.010.725
Contrato Litoral Paulista	12.2.8	-	193.909.751	21.571.293	(3.870.821)	211.610.223
		1.189.125.492	193.909.751	187.648.239	(46.318.010)	1.524.365.472
Fundo BB RF CPP LP FIC						
Contrato BNDES	12.2.9	79.959.950	-	11.539.044	(1.647.102)	89.851.892
Total de recursos vinculados		1.269.085.442	193.909.751	199.187.283	(47.965.112)	1.614.217.364

O primeiro fundo existente, denominado Fundo de Investimento CPP Projetos (CNPJ 17.116.243/0001-92), foi constituído em janeiro de 2013 com o objetivo de concentrar em um único fundo os recursos financeiros a serem vinculados, geralmente sob a forma de penhor de cotas, a diferentes projetos de PPP ou a outras operações do Estado de São Paulo. O valor das garantias no referido fundo encontra-se registrado no ativo da companhia, em conta específica, evidenciando que os recursos estão segregados e destinados exclusivamente ao atendimento das obrigações dos contratos de PPP e demais operações.

12.2.1. Garantia constituída com base no penhor de determinada quantidade de cotas do Fundo CPP Projetos a fim de garantir o pagamento de até 6 parcelas mensais da contraprestação pecuniária à concessionária responsável pela prestação de serviços públicos de transportes de passageiros da **Linha 6 – Laranja do Metrô de São Paulo**, do Contrato de Concessão Patrocinada Nº 015/2013 de dezembro de 2013.

12.2.2. Garantia constituída com base no penhor de determinada quantidade de cotas do Fundo CPP Projetos a fim de garantir o pagamento de até 6 parcelas mensais da contraprestação pecuniária à concessionária responsável para a implantação de habitações de interesse social e habitações de mercado

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma.)

popular na região central da cidade de São Paulo (**PPP da Habitação Lote 1**), estabelecidas no contrato de Concessão Administrativa, conforme Contrato SH Nº 001/2015 de março de 2015.

12.2.3., 12.2.4. e 12.2.5. Garantias constituídas com base no penhor de determinada quantidade de cotas do Fundo CPP Projetos a fim de garantir o pagamento de até 5 parcelas mensais da contraprestação pecuniária às concessionárias responsáveis pela construção, operação de serviços “Bata Cinza” e manutenção dos Complexos Hospitalares (Lote 01: **Hospital Estadual de Sorocaba** e Lote 02: **Hospital Estadual de São José dos Campos e Hospital Centro de Referência da Saúde da Mulher – HCRSM**), Inova Saúde São Paulo SPE S.A. e Inova Saúde Sorocaba SPE S.A, referente aos contratos de Concessão Administrativa PPP 01/2014 e PPP 02/2014, datados de setembro de 2014.

12.2.6. Garantia constituída com base no penhor de determinada quantidade de cotas do Fundo CPP Projetos a fim de garantir o pagamento de até 6 parcelas mensais de parte da contraprestação à concessionária responsável para prestação de serviços públicos de transporte urbano coletivo intermunicipal por ônibus, VLT e demais veículos de baixa e média capacidade (PPP do Sistema Integrado Metropolitano – **SIM – da Baixada Santista**), estabelecida no contrato de Concessão Patrocinada, conforme Contrato STM Nº 02/2015, em março de 2015.

12.2.7. Em 9 de agosto de 2023 o Estado de São Paulo, assinou contrato de Concessão Patrocinada com a Rodoanel Norte SPE S.A, para executar serviços de operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do Sistema Rodoviário do Lote **Rodoanel Norte**. Em 30 de novembro de 2023 a Companhia Paulista de Parcerias - CPP, na qualidade de Interveniente – Garantidora, constituiu garantia financeira às obrigações assumidas pelo Poder Concedente.

12.2.8. Em 07 de outubro de 2024 o Estado de São Paulo, assinou o contrato de Concessão Patrocinada com a Companhia de Concessões Rodoviárias do Novo Litoral de São Paulo, para executar serviços públicos de ampliação, operação, conservação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração da malha rodoviária composta pelo Sistema Rodoviário do Lote **Litoral Paulista**. Em março de 2025 a Companhia Paulista de Parcerias - CPP, na qualidade de Interveniente – Garantidora, constituiu garantia financeira às obrigações assumidas pelo Poder Concedente.

12.2.9. O segundo fundo existente, denominado BB Renda Fixa CPP LP Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento (CNPJ 11.451.205/0001-00), teve a totalidade das cotas dadas em garantia às obrigações assumidas pelo Estado de São Paulo nos contratos de financiamento celebrados entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - **BNDES** e o Estado de São Paulo:

A formalização desta operação ocorreu por meio de aditivos aos contratos nº 14.2.0210.1, nº 14.2.1011.1, nº 14.2.0720.1 e nº 14.2.1008.1, assinados em 2022, proporcionando a liberação de outros ativos de titularidade do Estado de São Paulo, vinculados até então aos respectivos contratos de financiamentos.

12.3. Garantias Constituídas Sob Outras Modalidades

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma.)

12.3.1. PPP dos Trens da CPTM:

Em 19 de março de 2010 a CPTM assinou o Contrato de Concessão Administrativa nº 876408301100 para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva, revisão geral e modernização da frota da Linha 8 – Diamante da CPTM. A CPP assumiu a condição de fiadora da CPTM em relação à obrigação de pagamento da contraprestação pecuniária, em conformidade com o Contrato de Cessão de Direitos de Créditos sob Condição Suspensiva e Outras Avenças. Em decorrência do contrato, a CPP comprometeu-se a complementar a garantia oferecida pela CPTM, sem vinculação específica de seus ativos, no montante de R\$ 60 milhões (na data base de novembro de 2009). Assim, para assegurar a restituição dos valores eventualmente desembolsados pela CPP, por conta do inadimplemento da CPTM, foi assinado o Contrato de Contragarantia, entre a CPP e a CPTM, em 19 de outubro de 2010. Em outubro de 2021 foi assinado o Termo de Aditamento Nº 03 do Contrato de Concessão, que transferiu a operação dos trens do presente contrato para a Linha 11 – Coral da CPTM.

12.3.2. Demais Garantias corporativas, constituídas em caráter suplementar àquelas descritas no item 12.2 supra:

A Companhia compromete-se a manter ativos líquidos, exigíveis na hipótese de persistência da inadimplência do Poder Concedente no contrato da Linha 6, em montante equivalente a até 2 (duas) contraprestações pecuniárias mensais.

13. IMOBILIZADO

A movimentação dos bens do ativo imobilizado da Companhia, entre 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2025, está apresentada no quadro a seguir, discriminando os valores de custo de aquisição, depreciação acumulada e saldo líquido:

Tabela 11 - Imobilizado

Descrição	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2025
Custo					
Móveis e Utensílios	15.903	67.937	-	-	83.840
Equipamentos de Informática	3.349	46.185	-	-	49.534
Máquinas e Equipamentos	7.340	1.298	-	-	8.638
Total Custo de Aquisição	26.592	115.420	-	-	142.012
Depreciação Acumulada					
Móveis e Utensílios	(1.723)	109	(3.152)	-	(4.984)
Equipamentos de Informática	(3.058)	505	(5.893)	-	(9.456)
Máquinas e Equipamentos	(1.522)	53	(731)	-	(2.306)
Total Depreciação Acumulada	(6.303)	667	(9.776)	-	(15.412)
Líquido	20.289	116.087	-	9.776	126.600

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma.)

No período, foram realizadas adições ao imobilizado no montante de R\$ 67.937, referentes à aquisição de móveis e utensílios, voltados à melhoria das condições operacionais de trabalho e de R\$ 46.185 relativas à aquisição de equipamentos de informática destinados à modernização da infraestrutura tecnológica da Companhia

No período, foi reconhecida despesa de depreciação no montante de R\$ 9.776, calculada com base nas taxas aplicáveis e nas vidas úteis estimadas dos respectivos bens.

O saldo líquido do imobilizado em 31 de dezembro de 2025 totaliza R\$ 126.600, em comparação aos R\$ 20.889 registrados em 31 de dezembro de 2024.

14. INTANGÍVEL

A movimentação dos ativos intangíveis da Companhia, entre 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2025, está apresentada no quadro a seguir, discriminando os valores de custo de aquisição, amortização acumulada e saldo líquido:

Tabela 12 - Intangível

Descrição	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2025
Custo					
Software	-	48.200	-	-	48.200
Total Custo de Aquisição	-	48.200	-	-	48.200
Amortização Acumulada					
Amortização Software	-	-	(4.754)	-	(4.754)
Total Amortização Acumulada	-	-	(4.754)	-	(4.754)
Líquido	-	48.200	- 4.754	-	43.446

15. Fornecedores

O saldo de fornecedores totalizou R\$ 4.948.408 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 3.606.399 em 31 de dezembro de 2024), representando obrigações decorrentes da contratação de serviços necessários às atividades operacionais da Companhia.

O aumento observado no saldo de fornecedores decorre, primordialmente, do volume de entregas de produtos realizadas pelos fornecedores no último mês do exercício. Dado o prazo médio de pagamento de 30 dias estabelecido contratualmente, a liquidação financeira dessas obrigações ocorrerá integralmente no início exercício subsequente.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma.)

16. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

As obrigações tributárias totalizaram R\$ 4.276.052 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 3.727.349 em 31 de dezembro de 2024). Esse aumento decorre principalmente do acréscimo de tributos incidentes sobre receitas operacionais do período, ainda não recolhidos.

A seguir, a composição detalhada das obrigações tributárias por tipo de tributo:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
PIS a recolher	339.289	451.474
COFINS a recolher	1.816.371	2.259.170
IRRF/PIS/Cofins/CSLL a recolher	791	336
ISS a Recolher	531.670	1.016.369
IRPJ a Pagar	-	-
CSLL a Pagar	1.587.931	-
Total	4.276.052	3.727.349

17. JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR

O saldo de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) a pagar em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 146.139.453.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE) realizada em 28 de abril de 2025, os acionistas aprovaram a destinação do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 178.742.070, conforme segue:

- **Reserva Legal:** Constituição de R\$ 8.937.103 (5% do lucro líquido).
- **Dividendos em Espécie:** Distribuição adicional de R\$ 34.112.347, referente ao saldo remanescente do lucro líquido do exercício de 2024.
- **Juros sobre Capital Próprio (JCP):** Distribuição de R\$ 135.692.620, sendo R\$ 42.451.242 a título de dividendos obrigatórios e R\$ 93.241.378 como dividendos adicionais, ambos imputados ao JCP.

O saldo de JCP a pagar, que constava no passivo em 31 de dezembro de 2024, foi integralmente liquidado em maio de 2025, após a referida homologação em assembleia.

O pagamento foi efetuado em maio de 2025, conforme demonstra a movimentação abaixo:

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma.)

Tabela 13 - Juros sobre Capital Próprio

Descrição	VALOR
Saldo em 31 de dezembro de 2024	135.692.620
JCP exercício / AGOE 28/04/2025	(135.692.620)
Obrigações constituídas no período	146.139.453
Saldo em 31 de dezembro de 2025	146.139.453

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2025, o Patrimônio Líquido da Companhia totalizou R\$ 2.033.489.565, enquanto em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 1.993.027.973 em 31 de dezembro de 2024, composto pelas seguintes rubricas:

18.1 Capital Social, Participação Acionária e Capital Autorizado

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia era de R\$ 1.539.619.815, totalmente subscrito e integralizado, representado por 1.539.619.815 ações ordinárias nominativas, todas de titularidade do Estado de São Paulo, seu único acionista.

O Estatuto Social previa capital autorizado no montante de R\$ 2.263.840.482, valor que foi ampliado para R\$ 5.560.483.250, conforme deliberação do acionista controlador no âmbito da Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2025. A alteração estatutária tem por objetivo assegurar a continuidade e possibilitar a expansão dos projetos conduzidos pela Companhia.

18.2. Reserva Legal

Constituída pela aplicação de 5% sobre o lucro líquido do exercício, conforme estabelece o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, a Reserva Legal atingiu o montante de **R\$ 129.115.473** em 31 de dezembro de 2025, sendo R\$ 118.079.803 em 31 de dezembro de 2024. O incremento de **R\$ 11.035.670** no exercício de 2025 corresponde à destinação obrigatória de parte do lucro líquido apurado no período, respeitando o limite legal de 20% do capital social integralizado.

18.3. Reserva de Lucro a Realizar

As reservas de lucros são formadas conforme deliberação do acionista, nos termos do §4º do artigo 182 da Lei nº 6.404/76, e, desde 21 de março de 2018, têm destinação prioritária à cobertura de obrigações vinculadas a contratos de PPP.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de março de 2018 foi objeto de apontamento pela diretoria a avaliação de alternativas de aquisição de ativos de interesse do Estado ou investimento em projetos estratégicos, sem, no entanto, prejudicar o custeio operacional da CPP e os compromissos com

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma.)

prestação de garantias em contratos de PPP já assinados ou em fase de licitação, sendo deliberada, em razão disso, a manutenção da reserva de lucros existente, até ulterior deliberação.

Em 31 de dezembro de 2025, totalizavam R\$ 301.216.009, correspondentes à Reserva de Lucros a Realizar, sem alterações em relação a 31 de dezembro de 2024.

18.4. Lucros Acumulados

Em 31 de dezembro de 2025, o lucro acumulado do período apresenta o saldo de R\$63.528.269.

19. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

As receitas operacionais da Companhia decorrem dos contratos SPI 001/2023, SPI 009/2023, SPI 025/2024 e SPI 07/2025, cujas obrigações são reconhecidas em ponto no tempo, ou seja, após a aceitação formal dos produtos contratados.

Além dessas, a Companhia também auferir receitas operacionais decorrentes da prestação de garantias nos contratos de concessão.

Até 31 de dezembro de 2025, as receitas de prestação de serviços e demais receitas contratuais, conciliadas com a demonstração do resultado do período e deduzidas dos tributos incidentes (PIS, COFINS e ISS), totalizaram R\$ 83.424.460, ante R\$ 21.610.201 acumulados até 31 de dezembro de 2024, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Tabela 14 - Receita Operacional Líquida

Receita Operacional Líquida	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Receita Bruta de Venda de Serviços	97.288.063	25.201.250
ISS	(4.864.403)	(1.260.062)
PIS	(1.605.263)	(415.798)
Cofins	(7.393.937)	(1.915.189)
(-) tributos sobre as receitas de serviços (PIS, Cofins e ISS)	(13.863.603)	(3.591.049)
Receita Líquida de Serviços	83.424.460	21.610.201

19.1. Custos dos Serviços Prestados

Os custos dos serviços prestados refletem os valores incorridos na execução dos contratos SPI 001/2023, SPI 009/2023 e SPI 025/2024, em conformidade com os critérios de alocação descritos na Nota 9.

No período acumulado até 31 de dezembro de 2025, os custos totais registrados totalizaram R\$ 81.630.706, ante R\$ 19.460.926 acumulados até 31 de dezembro de 2024, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma.)

Tabela 15 - Custos dos Serviços Prestados

Custos com Contratações Externas e Contrapartida Financeira para a Execução dos Projetos de Estruturação PPP's	Execução Contratual	Execução Contratual
	Faturamento acumulado em 2025	Faturamento acumulado em 2024
Ressarcimento dos Produtos Executados	74.174.245	15.785.594
Custo Contrapartida financeira dos serviços técnicos prestados pela CPP	7.456.461	3.675.332
Total Geral - Custos de Contratos em Andamento	81.630.706	19.460.926

Tais custos representam os dispêndios diretamente atribuíveis às atividades executadas no período, incluindo a remuneração de pessoal próprio alocado, bem como a contratação de serviços técnicos especializados de apoio à estruturação e desenvolvimento de projetos.

20. HONORÁRIOS DE ADMINISTRADORES E SALÁRIOS

As despesas com pessoal, incluindo salários, encargos e honorários da administração, totalizaram R\$ 3.585.775 no período acumulado até 31 de dezembro de 2025, ante R\$ 3.570.902 acumulados até 31 de dezembro de 2024, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Tabela 16 - Honorários e Salários

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
<u>Pessoal-Chave da Administração</u>		
Honorários de diretoria	1.058.231	625.270
Bônus prêmio eventual - diretoria	592.361	1.156.202
Honorários de conselho de administração	971.210	664.001
Encargos sociais proporcionais	701.733	686.060
Honorários do Pessoal Chave da Administração	3.323.535	3.131.533
Honorários de conselho fiscal e encargos sociais	512.393	434.398
Empregados celetistas e encargos sociais	7.611.759	6.035.826
Despesas com prestadores de serviços (benefícios)	717.742	521.549
Demais rubricas de despesas com pessoal	8.841.894	6.991.773
Alocações para Gastos com Contratos - Serv. Andamento	(8.579.654)	(6.552.404)
Total de Honorários de administradores e salários	3.585.775	3.570.902

Os valores incluem remunerações de pessoal próprio, benefícios e encargos sociais, bem como os honorários dos membros da administração. Parcela desses dispêndios é alocada aos "Gastos com Contratos – Serviços em Andamento", de acordo com os critérios de rateio e vinculação direta aos projetos, sendo apropriada ao resultado como custo quando do faturamento dos respectivos serviços.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma.)

21. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 1.237.232 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, contra R\$ 751.714 no mesmo período de 2024, conforme detalhamento a seguir:

Tabela 17 - Despesas Gerais e Administrativas

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Publicações legais	309.139	207.250
Serviços de terceiros	381.486	274.961
Demais despesas gerais e administrativas	546.607	269.503
Total	1.237.232	751.714

- **Publicações legais:** correspondem às despesas com divulgações obrigatórias de atos societários e informações exigidas por lei.
- **Serviços de terceiros:** incluem serviços contábeis, auditoria e consultorias técnicas especializadas.
- **Demais despesas gerais e administrativas:** abrangem gastos com seguros, licenças de software, viagens, materiais de consumo e serviços auxiliares.

As variações observadas refletem o ritmo da execução orçamentária e as necessidades operacionais da Companhia, alinhadas ao planejamento institucional para o exercício.

22. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as despesas tributárias totalizaram R\$ 33.279, comparativamente a R\$ 17.790 no exercício de 2024, conforme detalhado a seguir.

Tabela 18 - Despesas Tributárias

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Demais Impostos, Taxas e Contribuições	33.279	17.790
Total	33.279	17.790

O aumento verificado em relação ao exercício anterior decorre, principalmente, da elevação das despesas classificadas como "Demais Impostos, Taxas e Contribuições", que apresentaram maior volume de incidências em 2025 quando comparadas a 2024. No exercício anterior, tais despesas foram substancialmente inferiores, o que explica a variação observada no período.

23. RESULTADO FINANCEIRO

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma.)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o resultado financeiro líquido da Companhia foi de R\$ 263.340.872, em comparação a R\$ 203.466.828 no exercício de 2024. A composição está demonstrada a seguir.

Tabela 19 - Resultado Financeiro

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Rendimentos de aplicações financeiras	276.209.043	213.425.106
Outras receitas financeiras	-	-
Total de receitas financeiras	276.209.043	213.425.106
Juros sobre capital próprio, dividendos recebidos e participações	8.247	4.910
Juros sobre capital próprio, dividendos recebidos e participações	8.247	4.910
Outras despesas financeiras	(47.585)	(41.009)
Impostos e Contribuições Receita Fianceira (PIS e Cofins)	(12.828.833)	(9.922.180)
Total de despesas financeiras	(12.876.418)	(9.963.189)
Resultado financeiro líquido	263.340.872	203.466.828

O aumento de 29,43% no resultado financeiro líquido em relação ao exercício anterior decorre, principalmente, da elevação dos rendimentos de aplicações financeiras, influenciadas pela maior taxa básica de juros (Selic) vigente no período, bem como do reconhecimento de outras receitas financeiras no período.

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

A apuração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) no período acumulado até 31 de dezembro de 2025 foi realizada com base no lucro contábil ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal vigente.

O quadro a seguir apresenta a reconciliação entre o resultado contábil e o resultado fiscal, bem como a base de cálculo e os valores apurados, comparativamente ao mesmo período de 2024:

Tabela 20 - Imposto de Renda e Contribuição Social

Demonstração dos Fatos Geradores	Resultados em 31/12/2025			Resultados em 31/12/2024		
	Saldos	IRPJ	CSLL	Saldos	IRPJ	CSLL
Resultado antes do IRPJ e CSLL	259.682.232			201.273.290		
Ajustes de natureza fiscal ao resultado contábil:						
Adições	1.454.445			1.022.893		
(+) Subtotal (Adições ao Lucro)	1.454.445			1.022.893		
Exclusões	(146.451.855)			(135.957.303)		
(-) Subtotal (Exclusões ao Lucro)	(146.451.855)			(135.957.303)		
Subtotal	114.684.822			66.338.880		
(-) Compensação de Prejuízo Fiscal	-	-	-	-	-	-
Base de cálculo - resultado fiscal	114.684.822	(28.647.206)	(10.321.634)	66.338.880	(16.560.720)	(5.970.499)
Totais de apuração tributária	114.684.822	(28.647.206)	(10.321.634)	66.338.880	(16.560.720)	(5.970.499)

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS – RISCOS

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma.)

A Companhia Paulista de Parcerias – CPP adota uma política conservadora de investimentos e gerenciamento de riscos, compatível com sua natureza institucional e voltada à segurança dos recursos públicos.

A maior parte da receita da Companhia é de natureza financeira, proveniente de aplicações em fundos lastreados, principalmente, em títulos públicos federais, com baixo risco de crédito e mercado. Parte relevante desses ativos está vinculada a garantias de contratos de Parceria Público-Privada (PPP).

As reservas de lucros são constituídas com base no resultado, conforme deliberação do acionista. A gestão dos riscos de mercado, crédito e liquidez é feita de forma contínua, priorizando a segurança, a liquidez e a sustentabilidade financeira da Companhia.

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

25.1. ATIVIDADES OPERACIONAIS – PROJETOS PARA 2026

A estratégia da CPP está voltada primordialmente à entrega de valor público através da viabilização de grandes projetos de infraestrutura.

A Companhia concentrará seus esforços de estruturação de projetos nas áreas de maior impacto para a população:

- Mobilidade Urbana: Avanço na modelagem e viabilização dos Trens Intercidades (Eixos Leste e Sul), dos VLTs de Campinas e Sorocaba, além da expansão da malha metroferroviária na Região Metropolitana e da Estrada de Ferro Campos de Jordão
- Água e Energia: Prioridade para os programas de Desassoreamento, Barragens, UniversalizaSP e Integra Resíduos, fundamentais para levar saneamento básico no território estadual.
- Social: Expansão das PPPs voltadas à cidadania, incluindo a requalificação de centros esportivos e projetos habitacionais na região central.

25.2. NOVAS GARANTIAS

No âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos do Estado de São Paulo (PPI-SP), os projetos de parcerias público-privadas a seguir descritos encontram-se em estágio avançado de implementação e poderão contar com garantias a serem prestadas pela Companhia Paulista de Parcerias, vinculadas às contraprestações pecuniárias devidas pelo Poder Concedente.

Entre os projetos destacam-se:

- **Lote Paranapanema** – Projeto integrante do programa de concessões rodoviárias que contempla trechos atualmente operados pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo (DER-SP), incluindo a ligação entre os municípios de Itapetininga e Ourinhos, bem como a

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma.)

implantação de faixas adicionais, acostamentos, dispositivos e passarelas. O contrato de concessão já foi assinado em 21/01/2026, e a concessionária manifestou interesse pela instituição da garantia, que se encontra em fase de estruturação

- **Sistema de Travessias Hídricas** – Concessão do serviço público de transporte coletivo aquaviário intermunicipal de veículos e passageiros no âmbito do Sistema de Travessias Paulistas do Estado, abrangendo travessias no litoral paulista, na Região Metropolitana de São Paulo (Bororé, Taquacetuba e João Basso) e no reservatório de Paraibuna, na região do Vale do Paraíba. A licitação foi homologada e o objeto adjudicado ao licitante vencedor em 14 de janeiro de 2026, encontrando-se o contrato de concessão em fase de assinatura. Após a assinatura do contrato a concessionária poderá demandar, a seu exclusivo critério, a instituição da garantia pela CPP.
- **Túnel Imerso Santos–Guarujá** – Projeto de parceria público-privada (PPP) destinado à implantação de ligação subterrânea entre os municípios de Santos e Guarujá, contemplando a construção, operação e manutenção da infraestrutura para tráfego de veículos, transporte público, caminhões, ciclistas e pedestres. O contrato foi assinado em 28/01/2026, e durante a fase inicial de implementação, a concessionária poderá demandar, a seu exclusivo critério, a instituição da garantia pela CPP.

26. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da Lei nº 6.404/1976 e suas alterações posteriores, bem como os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, além das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs) e demais normas aplicáveis, conforme previsto na Lei nº 13.303/2016 e nos regulamentos correlatos.

A elaboração destas demonstrações também observa as disposições legais e regulamentares do Estado de São Paulo, incluindo, quando aplicável, as determinações da Lei Estadual nº 11.688/2004, que disciplina, entre outros aspectos, a atuação da Companhia Paulista de Parcerias – CPP na estruturação de projetos e garantias no âmbito das Parcerias Público-Privadas e demais iniciativas do Estado de São Paulo.

A **Administração da Companhia** declara que:

- As demonstrações contábeis representam adequadamente a posição patrimonial e financeira, o desempenho e os fluxos de caixa da Companhia para o período apresentado;
- Todas as informações relevantes e necessárias à adequada interpretação das demonstrações contábeis foram devidamente evidenciadas;
- As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todos os períodos apresentados, exceto quando indicado de forma diversa nas notas explicativas;

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma.)

- A elaboração das demonstrações contábeis é de responsabilidade exclusiva da Administração, que adotou procedimentos e controles internos necessários para assegurar a fidedignidade e a integridade das informações;
- Os demonstrativos foram submetidos à auditoria independente, em conformidade com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, cujos relatórios acompanham estas demonstrações.



Assinado de forma digital por
RENATO VIEIRA PITA:28083034835
DN: c=BR, o=ICP-Brasil,
ou=Secretaria da Receita Federal do
Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3,
ou=(EM BRANCO),
ou=01579286000174,
ou=presencial, cn=RENATO VIEIRA
PITA:28083034835
Dados: 2026.03.24 12:37:35 -03'00'
Versão do Adobe Acrobat Reader:
2025.001.21288

RENATO VIEIRA PITA

CONTADOR

CRC 1SP215876/O-8/SP

**DAVID
POLESSI DE
MORAES:2623
2593804**

Assinado de forma
digital por DAVID
POLESSI DE
MORAES:26232593804
Dados: 2026.03.24
13:49:29 -03'00'

DAVID POLESSI DE MORAES

DIRETOR ECONÔMICO-FINANCEIRO

CPF: 262.325.938-04

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2025.

Ilmos. Srs.
Administradores e Acionistas da
COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS - CPP
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS - CPP (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS - CPP em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Gestão de Contas sob Administração CPP

Conforme mencionado na nota explicativa nº 10, a Companhia foi contratada, em 13 de agosto de 2025, para operacionalizar a movimentação de recursos decorrentes de multas de trânsito (art. 209-A do CTB) no âmbito do Sistema Free Flow, atuando como coordenadora operacional dos fluxos vinculados a essa operação, nos estritos limites contratuais. Em dezembro de 2025, esses contratos importavam a quantia de R\$ 343.536 mil. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não contém ressalva em relação a este assunto.

Contingências Fiscais

Conforme descrito na nota explicativa nº 11, a Companhia é parte em ação judicial de natureza tributária decorrente da cobrança de créditos tributários relacionados à compensação não homologada de saldo negativo de IRPJ referente ao ano-calendário de 2009. O valor registrado contabilmente em 31 de dezembro de 2025, atualizado até a data do encerramento do exercício, totaliza R\$ 3.799 mil. De acordo com a avaliação de seus assessores jurídicos externos, o valor estimado em discussão no referido processo é de aproximadamente R\$ 3.768 mil, dos quais R\$ 948 mil foram classificados como perda provável, estando devidamente reconhecidos nas demonstrações contábeis, enquanto o montante remanescente foi classificado como perda possível, sendo divulgado em nota explicativa. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não contém ressalva em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Informações comparativas

Os valores correspondentes, relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 07 de fevereiro de 2025, sem modificação na opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso

relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de março de 2026.

ROBERTO
CALDAS
BIANCHESSI:
38051745000

Assinado de forma
digital por
ROBERTO CALDAS
BIANCHESSI:38051
745000
Dados: 2026.03.24
09:10:02 -03'00'

